



**CONSÓRCIO NACIONAL
CHEVROLET**

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2014*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2014 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de

caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2014 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de a Administradora possuir contabilizado em 31 de dezembro de 2014, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 85.356 mil, conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros conforme plano orçamentário preparado e aprovado pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 20 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751 / O-6

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CIRCULANTE	14.094	38.130	CIRCULANTE	22.014	20.922
Disponibilidades (nota 4)	595	1.213	Outras obrigações	22.014	20.922
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	10.371	31.275	Fiscais e previdenciárias (nota 9)	1.712	1.514
Carteira própria	10.371	31.275	Diversas (nota 8)	20.302	19.408
Outros créditos	3.128	5.642	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	92.780	86.758
Diversos (nota 6)	3.128	5.642	Outras obrigações	92.780	86.758
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	133.899	123.253	Fiscais e previdenciárias (nota 9)	5.282	5.010
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	42.934	47.763	Diversas (nota 8)	87.498	81.748
Carteira própria	42.934	47.763	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.199	53.703
Outros créditos	90.965	75.490	Capital social (nota 11)	174.654	174.654
Diversos (nota 6)	90.965	75.490	De domiciliados no país	174.654	174.654
			Prejuízos Acumulados	(141.455)	(120.951)
TOTAL DO ATIVO	147.993	161.383	TOTAL DO PASSIVO	147.993	161.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por lote de mil quotas)

	<u>2º semestre</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.063	5.995	10.921
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 5a.)	3.063	5.995	10.921
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	-	23
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	23
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.063	5.995	10.944
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.834)	(40.324)	(101.601)
Receitas de prestação de serviços	59.571	114.334	85.368
Outras despesas administrativas (nota 12)	(65.489)	(140.245)	(174.782)
Despesas tributárias (nota 15)	(8.766)	(16.677)	(12.296)
Outras receitas operacionais (nota 13)	7.328	10.673	10.374
Outras despesas operacionais (nota 14)	(4.478)	(8.409)	(10.265)
RESULTADO OPERACIONAL	(8.771)	(34.329)	(90.657)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	470	42
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(8.771)	(33.859)	(90.615)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.947	13.355	30.805
Ativo fiscal diferido (nota 7c)	2.947	13.355	30.805
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	(5.824)	(20.504)	(59.810)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL QUOTAS (174.654.195)	(33)	(117)	(342)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	174.654	(61.141)	113.513
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	(59.810)	(59.810)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	174.654	(120.951)	53.703
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	(20.504)	(20.504)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	174.654	(141.455)	33.199
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	174.654	(135.631)	39.023
PREJUÍZO DO SEMESTRE	-	(5.824)	(5.824)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	174.654	(141.455)	33.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2º SEMESTRE</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo Ajustado	(8.372)	(33.186)	(111.492)
Prejuízo Líquido	(5.824)	(20.504)	(59.810)
Ajustes ao Prejuízo líquido:	(2.548)	(12.682)	(51.682)
Provisão (reversão) de passivos judiciais (nota 10.b)	527	1.036	(20.064)
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	(128)	(363)	(790)
Impostos correntes, diferidos e créditos tributários (nota 7.c)	(2.947)	(13.355)	(30.805)
Outros	-	-	(23)
Variações das contas de ativo e passivo operacional	1.336	6.835	32.466
(Aumento)/ Redução de outros créditos	(1.187)	758	33.694
Aumento/(Redução) em outras obrigações	2.523	6.077	(1.228)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(7.036)	(26.351)	(79.026)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	6.667	25.733	79.621
Caixa líquido originado nas atividades de investimento	6.667	25.733	79.621
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE C.	(369)	(618)	595
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre / exercícios	964	1.213	618
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre / exercícios	595	595	1.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CIRCULANTE	873.582	556.514	CIRCULANTE	873.582	556.514
Disponibilidades	2.930	1.799	Obrigações diversas	873.582	556.514
Depósitos bancários	2.930	1.799	Obrigações com consorciados	420.290	278.181
Aplicações financeiras (nota 5)	231.987	175.701	Valores a repassar	2.836	1.825
Outros créditos	638.665	379.014	Obrigações por contemplações a entregar	160.699	128.255
Cheques e outros valores a receber	-	1.112	Obrigações com a Administradora	249	84
Direitos dos consorciados contemplados	638.665	377.902	Recursos a devolver a consorciados	247.099	118.249
Normais	634.085	376.135	Recursos dos grupos	42.409	29.920
Em atraso	4.580	1.767			
COMPENSAÇÃO	4.582.067	4.591.391	COMPENSAÇÃO	4.582.067	4.591.391
Previsão mensal de recursos a receber de consorciado	46.357	39.650	Recursos mensais a receber de consorciados	46.357	39.650
Contribuições devidas ao grupo	2.403.177	2.355.681	Obrigações do grupo por contribuição	2.403.177	2.355.681
Valor dos bens a contemplar	2.132.533	2.196.060	Bens a contemplar - valor	2.132.533	2.196.060
TOTAL DO ATIVO	5.455.649	5.147.905	TOTAL DO PASSIVO	5.455.649	5.147.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDADEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO 2013 E PARA O SEMESTRE
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais

	<u>2º semestre</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	214.385	177.505	123.304
Depósitos bancários	4.718	1.799	2.408
Cheques e outros valores a receber	18	5	-
Aplicações financeiras	209.650	175.701	120.896
(+) Recursos coletados	431.468	836.178	624.229
Contribuições para aquisição de bens	336.059	645.514	468.944
Taxa de administração	57.301	109.523	78.010
Contribuições ao fundo de reserva	10.160	19.507	14.086
Rendimento de aplicações financeiras	9.487	17.186	9.364
Multas e juros moratórios	4.517	8.351	3.119
Prêmios de seguro	8.237	16.091	12.285
Outros	5.707	20.006	38.421
(-) Recursos utilizados	410.938	778.766	570.028
Aquisição de bens	330.830	620.286	443.705
Taxa de administração	58.408	111.264	82.758
Multas e juros moratórios	958	1.774	1.266
Prêmios de seguro	8.431	16.643	13.288
Custas judiciais	13	35	23
Devolução a consorciados desligados	4.978	8.951	8.282
Despesas de registro de contratos	443	852	629
Outros	6.877	18.961	20.077
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	234.917	234.917	177.505
Depósitos bancários	2.930	2.930	1.799
Cheques e outros valores a receber	-	-	5
Aplicações financeiras (nota 5)	231.987	231.987	175.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”) tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

Em 9 de agosto de 2013, conforme ofício 06419/2013 do Banco Central do Brasil (“Bacen”), foi aprovada a transferência de controle do Banco GMAC S.A. e, em consequência, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., para a General Motors Financial Company, Inc., nos termos do Contrato de Compra e Venda, de 21 de novembro de 2012.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas consubstanciadas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo Bacen, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 19 de março de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de Prestação de Serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e a Administração tem a intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

d) Ativos circulante e realizável em longo prazo

O ativo circulante e realizável em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por “impairment” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

f) Passivos circulante e exigível em longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “pro rata temporis”.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano, a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

A administração apoiada por seus assessores externos analisou os dispositivos da MP 627 convertida na Lei 12.973 em maio de 2014, as implicações da opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Até a data de aprovação destas Demonstrações Financeiras não foram identificados efeitos significativos a serem reconhecidos em decorrência da aplicação da referida legislação. A Administradora não optou pela adoção antecipada dos dispositivos da MP 627 e Lei 12.973.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes estão representados principalmente pelas seguintes contas, as quais incluem valores a vencer até 360 dias, decorrentes de direitos a receber de consorciados contemplados.

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2014	2013
Quantidade de grupos administrados	402	384
Quantidade de consorciados ativos	104.042	104.375
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	236.843	159.332
Quantidade de bens entregues no ano	18.090	14.243
Quantidade de bens pendentes de entrega acima de 30 dias	3.214	2.902
Taxa de inadimplência	4,10%	9,35%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	<u>595</u>	<u>1.213</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	<u>Administradora</u>		<u>Grupos</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Certificados de Depósito Bancário – CDBs:</u>				
Banco GMAC S.A. – CDB Pré Fixado (a)	53.305	79.038	-	-
<u>Quotas de fundos de investimento:</u>				
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	231.987	175.701
Total	<u>53.305</u>	<u>79.038</u>	<u>231.987</u>	<u>175.701</u>

- (a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários a prazo, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até dezembro de 2016, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 7,88% e 13,02%. O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$5.995 (R\$10.921 em 2013, nota 16d).
- (b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$231.987 (R\$175.701 em 2013).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2014 e de dezembro 2013:

	<u>2014</u>			<u>2013</u>		
	<u>Até 12</u> <u>meses</u>	<u>De 1 a 2</u> <u>anos</u>	<u>Total</u>	<u>Até 12</u> <u>meses</u>	<u>De 1 a 2</u> <u>anos</u>	<u>Total</u>
Certificados de Depósito Bancário	10.371	42.934	53.305	31.275	47.763	79.038

	2014		2013	
	<u>Sem</u> <u>vencimento</u>	<u>Total</u>	<u>Sem</u> <u>vencimento</u>	<u>Total</u>
Grupos:				
Fundo BRAM Fundo de Investimento				
Referenciado DI Federal II	231.987	231.987	175.701	175.701

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta “Outros créditos - diversos” possui a seguinte composição:

	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	1.524	3.795
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (nota 7)	85.356	71.928
Devedores por depósitos em garantia (b)	5.608	5.261
Valores Pendentes de Recebimentos - Cobrança Judicial (c)	1.902	1.902
Provisão de Valores Pendente de Recebimentos - Cobrança Judicial (c)	(1.902)	(1.902)
Outros (d)	1.605	148
Total	<u>94.093</u>	<u>81.132</u>
Ativo circulante	3.128	5.642
Realizável em longo prazo	90.965	75.490

- (a) Referem-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários – CDB Pré Fixado.
- (b) Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais.
- (c) Refere-se a contratos contemplados que estão em cobrança judicial, para os quais foi constituída uma provisão para perdas em função da expectativa de recuperação.
- (d) Refere-se substancialmente a devolução de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas e que a Administradora tem a receber dos agentes de consórcio.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2014		2013	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Adições temporárias:				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	99	36	99	36
Provisão para riscos fiscais	686	258	636	240
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	504	182	419	151
Provisão de valores a devolver para consorciados (nota 8)	4.128	1.486	3.967	1.428
Prejuízos Fiscais e base negativa de CSLL	52.931	19.055	43.594	15.693
Provisões para comissões (nota 8)	3.735	1.345	3.995	1.438
Outros	560	351	59	172
Total do crédito tributário	62.643	22.713	52.769	19.158
	85.356		71.927	

b) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social:

Ano	IR		CS		Valor contábil	Valor presente*
	<u>Adições Temporárias</u>	<u>Prejuízo Fiscal</u>	<u>Adições Temporárias</u>	<u>Base Negativa</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
2015	99	122	36	44	301	270
2016	1.190	622	439	221	2.472	1.983
2017	-	4.033	-	1.452	5.485	3.941
2018	-	7.982	-	2.874	10.856	6.986
2019	-	9.387	-	3.379	12.766	7.358
2020	-	10.058	-	3.621	13.679	7.062
2021	-	10.719	-	3.859	14.578	6.740
2022	-	10.008	-	3.606	13.614	5.638
2023	8.423	-	3.182	-	11.605	4.304
2024	-	-	-	-	-	-
Total	9.712	52.931	3.657	19.056	85.356	44.282

(*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$44.282 em 31 de dezembro de 2014.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado anualmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

Adicionalmente o registro dos créditos tributários considera a recente troca de controle do Banco GMAC S.A. e em consequência, da Administradora (vide nota explicativa nº 1) e encontra-se sustentada na Resolução 3355/06 - Artigo 1º - Inciso I - Parágrafo 4º.

- c) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações do exercício:

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	(33.859)	(33.859)	(90.615)	(90.615)
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	8.465	3.047	22.654	8.155
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições permanentes				
Outras adições permanentes	(26)	(9)	(3)	(1)
Total IR e CS	8.439	3.038	22.651	8.154
Imposto diferido exercício anterior (a)	1.381	497	-	-
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias	9.820	3.535	22.651	8.154
Total dos créditos tributários	13.355		30.805	

(a) reconhecimento contábil de ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de 2013.

- d) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição sociais diferidos e correntes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
IR e CS correntes devidos no exercício				
Constituição / realização de impostos diferidos:				
Prejuízo Fiscal	9.338	3.362	24.266	8.734
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	135	49	(5.285)	(1.901)
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(6)	(2)
Outras adições temporárias	401	144	175	63
Realização / constituição de passivo fiscal diferido:				
Correção de depósitos judiciais	(54)	(20)	3.501	1.260
Total	9.820	3.535	22.651	8.154
	13.355		30.805	

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

<u>Créditos tributários:</u>	31/12/2013	Constituições (Realizações)	
		Líquidas	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.446	184	1.630
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	135	-	135
Outras adições temporárias	11.060	545	11.605
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	<u>12.641</u>	<u>729</u>	<u>13.370</u>
Créditos de Prejuízo Fiscal	43.593	9.338	52.931
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	15.693	3.362	19.055
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais negativos	<u>59.286</u>	<u>12.700</u>	<u>71.986</u>
Total de créditos tributários	<u>71.927</u>	<u>13.429</u>	<u>85.356</u>
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Atualizações de depósitos judiciais	(828)	(74)	(902)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	<u>(828)</u>	<u>(74)</u>	<u>(902)</u>
Líquido	<u>71.099</u>	<u>13.355</u>	<u>84.454</u>

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

Composição das outras obrigações diversas:

	2014	2013
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	68.233	65.240
Provisão de valores a devolver a consorciados (b)	17.248	15.868
Provisão para comissões (c)	16.789	15.981
Provisão para riscos cíveis (nota 10a)	2.017	1.648
Provisão para riscos trabalhistas (nota 10a)	-	29
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 16d)	511	290
Outros	3.002	2.100
Total	<u>107.800</u>	<u>101.156</u>
Passivo circulante	20.302	19.408
Exigível em longo prazo	87.498	81.748

- (a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento gerado pelas aplicações financeiras da Administradora. Somente R\$17.197 (R\$18.273 em 2013) contém a dedução da taxa de manutenção cobrada pela Administradora conforme circular 3.432/09, o restante do saldo não sofre tal dedução.

(b) Refere-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

(c) Refere-se à provisão para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para riscos fiscais (nota 10a)	4.380	4.182
Provisão para passivo fiscal diferido sobre atualizações monetárias do depósitos judiciais (a)	902	828
Impostos e contribuições a recolher (b)	<u>1.712</u>	<u>1.514</u>
Total	<u>6.994</u>	<u>6.524</u>
Passivo circulante	1.712	1.514
Exigível em longo prazo	5.282	5.010

a) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

b) Refere-se aos impostos sobre faturamento R\$1.458 (R\$1.171 em 2013) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$254 (R\$343 em 2013);

10. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos, cíveis, trabalhistas e obrigações legais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações legais tributárias:		
Programa de Integração Social – PIS	2.450	2.328
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF	<u>1.930</u>	<u>1.854</u>
Total da provisão para obrigações legais	4.380	4.182
Provisão para riscos cíveis	2.017	1.648
Provisão para riscos trabalhistas	<u>-</u>	<u>29</u>
Total	<u>6.397</u>	<u>5.859</u>

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.182	29	1.648	5.859
Constituição / (Reversões) líquida do exercício	198	(29)	867	1.036
Pagamentos	-	-	(498)	(498)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>4.380</u>	<u>-</u>	<u>2.017</u>	<u>6.397</u>
Depósitos em garantia (nota 6b)	<u>4.392</u>	<u>8</u>	<u>1.208</u>	<u>5.608</u>

Resumo dos passivos contingentes classificadas como possíveis:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Quantidade de processos</u>	<u>Montante em R\$ mil</u>	<u>Quantidade de processos</u>	<u>Montante em R\$ mil</u>
Trabalhista	3	310	1	19
Cíveis	187	511	138	509
Total	<u>190</u>	<u>821</u>	<u>139</u>	<u>528</u>

Obrigações legais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (Pis-repique), ou, subsidiariamente, da Lei 9.715/98 (Pis-Faturamento).
- CPMF - Mandado de Segurança impetrado visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratório não aplicável a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 174.654.195 quotas sem valor nominal no montante de R\$174.654 (174.654.195 quotas sem valor nominal no montante de R\$174.654 em 31 de dezembro de 2013).

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve distribuição de dividendos em virtude do prejuízo apurado pela Administradora.

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2º semestre</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prestação de serviços administrativos (a)	6.621	13.211	11.646
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (b)	49.857	110.252	146.762
Serviços técnicos especializados	2.728	4.829	4.457
Sistema de comunicação	1.432	3.217	3.283
Sistema de processamento de dados	2.457	4.600	4.662
Despesas serviços do sistema financeiro	572	1.031	864
Despesas com propaganda e publicidade	427	454	494
Outras	1.395	2.651	2.614
Total	<u>65.489</u>	<u>140.245</u>	<u>174.782</u>

(a) Referem-se a prestação de serviços de terceiros realizado pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.

(b) Foram vendidas no exercício de 2014 – 60.806 cotas e no exercício de 2013 – 91.477 cotas.

13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reversão de provisão (a)	3.465	5.568	2.318
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10b)	-	-	5.823
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	128	363	791
Receita de multa e juros	959	1.777	1.272
Outras (b)	<u>2.776</u>	<u>2.965</u>	<u>170</u>
Total	<u><u>7.328</u></u>	<u><u>10.673</u></u>	<u><u>10.374</u></u>

- a) Refere-se substancialmente a reversão de comissão sobre cota de consórcio.
- b) Refere-se à devolução de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio não efetivadas, no valor de R\$2.302.

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2º semestre</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Varição monetária e juros passivos (a)	3.580	6.927	8.123
Atualização da provisão para riscos fiscais (nota 10b)	104	198	393
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10b)	655	838	-
Outras	<u>139</u>	<u>446</u>	<u>1.749</u>
Total	<u><u>4.478</u></u>	<u><u>8.409</u></u>	<u><u>10.265</u></u>

- (a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver.

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>2º semestre</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ISS	3.027	5.806	4.332
PIS	1.024	1.937	1.419
COFINS	4.714	8.923	6.543
IOF	1	10	-
OUTROS	-	1	2
Total	<u><u>8.766</u></u>	<u><u>16.677</u></u>	<u><u>12.296</u></u>

16. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, é estabelecida a remuneração máxima agregada para a Diretoria.

b) Benefícios de curto prazo

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	762	620
Remuneração variável	178	382
Outros benefícios (Prêmios, Rescisões e Benefícios)	-	63
Total	<u>940</u>	<u>1.065</u>

c) Rescisão do contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são resumidos como segue:

	<u>Ativo (passivo)</u>		<u>Receitas (despesas)</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CONTROLADORA:				
Banco GMAC S.A.:				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	53.305	79.038	5.995	10.921
Outras obrigações – diversas (nota 8)	(511)	(290)	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.:				
Outras despesas administrativas (nota 12)	-	-	(13.211)	(11.646)

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

18. LIMITE OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em conjunto com sua controladora adota o critério de patrimônio líquido consolidado, para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o índice de Basileia consolidado apurado foi de 11,75%.

Título / Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	79.863	15.973	1.757
Risco reduzido - 75%	10.192.587	7.644.440	840.888
Risco reduzido - 100%	3.120.364	3.120.364	343.240
Risco reduzido - 250%	149.523	373.809	41.119
Risco reduzido - 300%	158.988	476.965	52.466
Sub Total 1	<u>13.701.325</u>	<u>11.631.551</u>	<u>1.279.470</u>
Capital requerido para cobertura do Risco Operacional	792.779	792.779	87.206
Capital requerido para cobertura de Risco Cambial	581	581	64
Sub Total 2	<u>793.360</u>	<u>793.360</u>	<u>87.270</u>
Total	<u>14.494.685</u>	<u>12.424.911</u>	<u>1.366.740</u>
Patrimônio de referência			1.459.847
Índice de basileia			11,75%